

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DE SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA -
CODEVASF - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/MI

CONCORRÊNCIA N° 102/2013

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA - ETC LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 02.610.553/0001-91, sediada na Rua José Fabiano Barcik, 406, Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.940-050 neste ato, representada por sua Sócia Administradora, Sra. Sandra Mayumi Nakamura, inscrita sob CPF n°: 030.228.409-50, de RG n°: 1.449.396-4, Arquiteta e Urbanista, de registro CAU/PR n° 55029-9, residente e domiciliada na cidade de Curitiba/PR, vem perante Vossa Senhoria, respeitosamente, IMPUGNAR o Edital de Licitação relativo ao certame acima epigrafado, ante os fatos e fundamentos a seguir expostos:

DOS FATOS

O processo licitatório em referência tem por objeto a Elaboração dos Projetos de Engenharia e Estudos Ambientais de obras de infraestrutura para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos, na forma de consórcios públicos, na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, distribuídos em 3 (três) lotes, a saber: Lote 1 – Estado de Alagoas, Lote 2 – Estado de Pernambuco e Lote 3 – Estado de Sergipe.

A licitante é empresa do ramo e tem sede na cidade de Curitiba/PR, contando 15 anos de funcionamento.



O Edital de CONCORRÊNCIA N° 102, conforme item 3, subitem 3.1, preconiza a possibilidade de se realizar questionamentos acerca do objeto, bem como de obter esclarecimentos.

De mesmo modo o item 2.6.2 elenca contatos para esclarecimentos acerca do procedimento da visita técnica a ser realizada pela licitante.

Ocorre que a licitante encaminhou dentro do prazo estipulado seus questionamentos, bem como tentou efetuar contato acerca da visita técnica o que restou totalmente inexitosa.

Pois, no dia 13/01 (mais ou menos 10h50), a licitante entrou em contato pelo número (61) 2028-4435, para saber sobre a declaração de visita (número que esta no edital, para dúvidas, item 2.6.2), sendo atendida pela funcionaria Valéria (secretária), que disse não saber de nada sobre essa licitação, transferindo a ligação para o setor de licitação, no qual a secretária que atendeu disse também não saber de nada, complementando que a chefe do setor de licitações estava de férias, então não podendo ajudar. Devido a insistência da licitante, pediu para ligar novamente para a Valéria, devendo procurar pelo responsável Fabrício.

Novamente em contato com Valéria, Fabrício não estava, ela tornou a dizer que não sabia de nada, mesmo com a licitante insistindo que era aquele número que estava no edital. Solicitou então para que ligasse para ela às 15h que iria tentar descobrir alguma coisa sobre o assunto.

Retornando às 15h, a Sra. Valéria perguntou sobre qual licitação era, reiterando a licitante sobre o objeto já amplamente explanado, a mesma disse não ser ali o setor correto, indicando o pessoal do Setor de Resíduos Sólidos, transferindo a ligação para o José Luiz, chefe do setor de resíduos, que não atendeu. Diante da insistência, a Sra. Valéria passou mais dois números de telefone ((61) 2028-4762) para falar como Ariele ou Rose, conseguindo a licitante falar com Ariele.



Disse a Sra. Ariele que bastava a empresa fazer uma declaração que foi feita a visita e "pronto". Perguntada acerca do procedimento/funcionamento, se era necessário agendar a visita, a mesma disse que não sabia, perguntada sobre se teria algum controle das visitas, disse que não saber.

Destarte se denota dos relatos, a desídia por parte da Ilustríssima Comissão prejudicou a licitante, cerceando seu direito justo de participação assim como infringiu diversos princípios constitucionais conforme restará claramente demonstrado.

DO DIREITO

O ordenamento jurídico pátrio estabelece que a Administração Pública, em matéria de licitação, encontra-se afeta, dentre outros, ao princípio da isonomia, estabelecido no art. 3º da Lei 8.666/93, que claramente dispõe:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

No caso *sub examine*, ao não atender aos quesitos impostos, seja não respondendo aos questionamentos oportunamente protocolados, bem como acerca das visitas exigidas, a Comissão malfez, também, o princípio da competitividade, uma vez que afasta do certame a participação de outras empresas, como a ora Requerente, as quais poderiam inclusive oferecer propostas mais vantajosas ao interesse público.

Ademais, os prazos praticados no Edital de Concorrência (exigindo dez dias de antecedência para questionar) não são pertinentes nem tampouco plausíveis, ferindo assim mesmos princípios. Pois tal conduta impossibilita a participação de empresas que tomem conhecimento de tal publicação pouco tempo antes do certame.

Nesse sentido, o art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93 estabelece, *literis*:

“§1º - É vedado aos agentes públicos:



I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos e convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

Ainda no caso *examine*, cumpre ressaltar que o princípio da competitividade tem sede Constitucional no art. 37, XXI, conforme:

“Art.37. [...]


XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Portanto, veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. A inviabilidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação, conforme ratifica artigo anteriormente citado.

Assim, a Lei reprime a redução da competitividade do certame derivada de exigências desnecessárias ou abusivas.

Uma vez que ao não atender aos questionamentos efetuados pela licitante, deixando-a inteiramente à própria sorte é restringir-lhe a participação, negando-lhe a isonomia, competitividade e publicidade a que merece tratamento por parte dos Agentes integrantes da Administração Pública.

De tal meio que o objetivo do procedimento licitatório é garantir a prestação do serviço mais vantajoso para a Administração Pública, de forma eficiente. Ficando claro que no presente Edital a finalidade é buscar empresa mais bem qualificada, oferecendo melhor preço.



DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer a Vossa Senhoria que se digne de **ACOLHER E JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, PARA QUE SEJA ALTERADA DATA DO CERTAME POSSIBILITANDO A SATISFAÇÃO DOS QUESTIONAMENTOS ORA SUSCITADOS** pela licitante, ante a flagrante ilegalidade da discriminação ali imposta, na forma e para fins de Direito.

Pede deferimento,

Curitiba, 20 de janeiro de 2014


Sandra Mayumi Nakamura
Diretora Executiva